

A sangria da saúde pública

JOSÉ ASSAD *

A IX Conferência Nacional de Saúde apontou a municipalização como o caminho para a solução dos problemas da área. Nós, que vivemos no Rio de Janeiro, comprovamos diariamente o quanto é urgente uma solução para o setor, uma vez que estamos assistindo à contabescência do sistema de saúde, em regime falimentar nas unidades do Estado, pré-falimentar nos hospitais e postos do INAMPS e, em total decadência, nas unidades do município.

O atual governo do estado do Rio de Janeiro conferiu apenas dois por cento de dotação orçamentária para a saúde, cifra ridícula para as necessidades reais da rede, em cujos hospitais tudo falta, desde o mais comecinho recurso, e onde sobeja um verdadeiro oceano de menosprezo e desatenção das autoridades para com a população. Os salários pagos para os profissionais de saúde são míseros, a ponto de seus contracheques não lhes assegurar crédito sequer para a compra de um eletrodoméstico. Um médico que tenha cinco anos de formado não recebe mais do que Cr\$ 5 milhões mensais, ou seja, um salário mínimo e meio (cerca de US\$ 100)!

Além disso, o Cremerj já interditou, por falta de condições éticas para o exercício técnico da profissão, os hospitais estaduais Getúlio Vargas e Pedro II, justamente aqueles que atendem às vítimas dos acidentes de trânsito nas três principais estradas do estado: Dutra, Washington Luís e Rio-Santos. Tal medida, ainda que extrema, é uma proteção à população e aos profissionais que lá trabalham. Sem condições mínimas para aliviar a dor e preservar a vida, os profissionais de saúde nesses hospitais comprometem totalmente a qualidade do exercício profissional. A situação na rede do Inamps não é menos desoladora: hoje 60% dos leitos da rede hospitalar federal estão desativados pela falta de recursos humanos.

O que é necessário para sairmos desse caos? Somente vontade política. Em 1987, ocorreu o mesmo quadro de tragédia. Só que, naquela época, por meio de um convênio entre o prefeito Saturnino Braga e o Ministério da Previdência, o impasse foi superado. Cerca de 3.200 profissionais foram aprovados em concurso público para trabalhar em unidades do Inamps reabilitando, de imediato, os leitos desativados e reabrindo os centros especializados. Coube ao Inamps o repasse de recursos para o pagamento desses profissionais.

Com o exemplo dessa experiência passada, é tanto mais grave o fechamento dos postos de assistência médica do Inamps sobre o pretexto de falta de pessoal. É inacreditável que se tenha recorrido a tal medida sob este pretexto! A desativação temporária das unidades se tornou, como seria de se prever, um fechamento que aos poucos foi se revelando definitivo. O que dizer do fechamento dos hospitais da Posse e dos Servidores do Estado?

Na esteira da vida, os atos políticos não são aleatórios. Neste momento, a sociedade brasileira corre um risco enorme no setor saúde. Trata-se do grave perigo da privatização desta área, num país onde as aporias florescem de modo intenso, já que coisas distintas são tratadas como produtos iguais. Parece que a saúde e o comércio de bijouterias são encarados da mesma forma, como se a primeira fosse inteiramente supérflua. Como privatizar os serviços de saúde, se 40 milhões de brasileiros vivem na

pobreza absoluta? Em nome de que se desativa criminosamente a rede pública emergencial? É bom lembrar que o mendigo da Praça Saenz Peña, que sofre um mal na via pública, e o feliz proprietário de um Mercedes Benz do ano, que sofre um acidente automobilístico, serão atendidos nesta mesma rede. A emergência democratiza a desgraça.

No tabuleiro de xadrez da política nacional, os movimentos das peças não deixam dúvidas quanto ao xeque-mate que se prepara para o setor: a privatização da saúde. Basta observar a seqüência dos eventos. Primeiro, deteriora-se a rede pública de saúde, já que nela não se investe e se pagam salários aviltantes aos médicos e demais servidores da área. Em segundo lugar, vem a extinção do Inamps, não por si mesma, mas pelo fato de que esta extinção se faz acompanhar pela imediata apresentação do anteprojeto de lei das seguradoras. Neste projeto de lei, prevê-se que as empresas descontem 22% dos salários para contratos de serviços de medicina de grupo. Em terceiro lugar, encontra-se a luta que já se trava nos subterrâneos do Congresso Nacional para a extinção da estabilidade dos servidores públicos, conquista alcançada a duras penas e que o FMI quer ver destruída.

É hora de a sociedade dar um basta e ditar qual o nível de qualidade da saúde que deseja para si. Estão fazendo com a saúde pública brasileira o mesmo que fizeram com a escola pública. Desmoralizaram-na. Destruíram-na, e a escola privada não melhorou o ensino, não assimilou a demanda. Somente atrasou a delicada questão educacional brasileira.

É hora de o prefeito César Maia tomar nas suas mãos, como sua responsabilidade, os rumos da saúde pública carioca e não permitir que idéias estapafúrdias e desconexas — como a do fim da secretaria municipal de saúde, quer transformada em fundação, quer privatizada — sejam encaradas como solução à vista para a tragédia que se abate sobre o setor. A história reserva a este prefeito a rara oportunidade de se transformar no baluarte do sistema de saúde ou se tornar um fiasco imperdoável. Se não souber aproveitar a ocasião, passará à história apenas como um prefeito que não entendeu a grandeza e a gravidade do momento que vivia seu município.

As autoridades federais, estaduais e municipais da saúde, cabe lembrar Oscar Wilde: "Qualquer um pode fazer história, mas só os grandes podem escrevê-la."

A luta pelo resgate da saúde é de todos os homens de bem. Mais do que a luta por uma saúde digna e eficiente para todos, esta é uma luta pela defesa da cidadania. Como dizia Monteiro Lobato, "os homens de bem acabam se encontrando". Oxalá Lobato esteja certo e que seja a grave sangria da saúde pública que vivemos este ponto de encontro.

* Diretor do Conselho Regional de Medicina-RJ, ex-secretário municipal de Saúde, professor de cardiologia da UERJ.